A evolução recente da estrutura social brasileira

Waldir Quadros

Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 148, novembro 2008.

ISSN 0103-9466

A evolução recente da estrutura social brasileira

Waldir Quadros [1]

Apresentação

O objetivo deste ensaio é descrever os traços básicos da performance mais recente da estrutura social brasileira, situando-a no seu comportamento a partir de 1981, quando se inicia o longo período de estagnação que sucedeu o desfalecimento do "milagre econômico". Em particular, pretendemos inseri-la na situação vigente desde o início dos anos noventa, quando em nosso entendimento se instaura uma forma de condução da política macroeconômica e de inserção internacional que penaliza os setores industriais tecnologicamente mais avançados, diversificados e integrados.

Para tanto vamos lançar mão dos micro dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, e dos procedimentos apresentados no Texto para discussão "A estrutura social brasileira - notas metodológicas" (Quadros, 2008).

Resumindo esta metodologia, os **indivíduos** que declaram rendimentos à PNAD são estratificados a partir das seguintes faixas de rendimentos declarados (que são associadas de forma impressionista a distintos "padrões de vida").[2]

Faixas de rendimentos(*)	**"padrões de vida"**
Acima de R$ 2.965	Alta classe média
R$ 1.482 a R$ 2.965	Média classe média
R$ 593 a R$ 1.482	Baixa classe média
R$ 296 a R$ 593	Massa trabalhadora
Abaixo de R$ 296	Miseráveis

(*) valores em outubro/2007, deflator: INPC corrigido, IPEA.

Por sua vez, as **famílias** são classificadas no "padrão de vida" do seu membro melhor situado na estratificação individual, independente dos outros parâmetros usuais,

---

(1) Professor colaborador do Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho e do IE/UNICAMP. Nossos agradecimentos à colaboração do pesquisador do Cesit, Dr. Alexandre Gori Maia.

(2) Cf. Quadros (2008, p. 4 e ss).

tais como, rendimentos familiares per capita ou renda média familiar[3]. Com este procedimento a estratificação familiar reflete de imediato toda mudança significativa para melhor (ou pior) na situação de seus membros.

1 O panorama geral

A partir de 2004 a economia brasileira ingressa em novo ciclo de crescimento mais expressivo do PIB. Ainda que esta fase expansiva resulte fundamentalmente das condições mais favoráveis da economia mundial, e na "rabeira" dos demais países emergentes da periferia, ela destoa bastante da mediocridade vigente no período imediatamente anterior.

De fato, como se observa na Tabela 1, enquanto no quadriênio 2004-2007 o PIB cresceu à média de 4,5% ao ano, no qüinqüênio 1998-2002 esta taxa foi de apenas 1,7%. Sem falar nos míseros 1,15% de 2003.

Como será discutido ao longo deste trabalho, sem dúvida este crescimento mais robusto provocará uma significativa melhora nas condições sociais. Entretanto, cabe indagar se este não terá sido apenas mais um movimento "*stop and go*" que caracteriza o desempenho da economia brasileira desde 1981.

Em primeiro lugar, esta indagação decorre das turbulências no âmbito da economia mundial e do cenário interno menos promissor já perceptível em 2008 e com projeções ainda mais sombrias para 2009.

Em segundo lugar, ela emerge da mera observação de outros ciclos de crescimento que foram abortados no âmbito do já mencionado quadro de estagnação. É assim que, no quadriênio 1984-1987 o crescimento do PIB foi de 6,1% ao ano e de 4,0% no qüinqüênio 1993-1997.

Não é preciso alertar que as distinções entre estes períodos são enormes. Bastaria atentar para as condições externas, extremamente mais favoráveis no período recente.

(3) Cf. Quadros (2008, p. 28).

Tabela 1
Evolução do PIB e do salário mínimo real
Brasil

Evolução do PIB		Evolução do salário mínimo real	
Ano	%	Período*	%
1981	- 4,25	11.1980 a 10.1981	- 1,42
1982	0,83	11.1981 a 10.1982	2,47
1983	- 2,93	11.1982 a 10.1983	- 7,32
1984	5,40	11.1983 a 10.1984	-10,28
1985	7,85	11.1984 a 10.1985	1,29
1986	7,49	11.1985 a 10.1986	8,99
1987	3,53	11.1986 a 10.1987	-18,87
1988	- 0,06	11.1987 a 10.1988	- 0,02
1989	3,16	11.1988 a 10.1989	0,03
1990	- 4,35	11.1989 a 10.1990	-19,01
1991	1,03	11.1990 a 10.1991	- 9,71
1992	- 0,47	11.1991 a 10.1992	5,86
1993	4,67	11.1992 a 10.1993	6,44
1994	5,33	11.1993 a 10.1994	- 5,57
1995	4,42	11.1994 a 10.1995	7,81
1996	2,15	11.1995 a 10.1996	6,64
1997	3,38	11.1996 a 10.1997	2,40
1998	0,04	11.1997 a 10.1998	3,55
1999	0,25	11.1998 a 10.1999	2,43
2000	4,31	11.1999 a 10.2000	1,97
2001	1,31	11.2000 a 10.2001	8,50
2002	2,66	11.2001 a 10.2002	4,36
2003	1,15	11.2002 a 10.2003	- 0,86
2004	5,71	11.2003 a 10.2004	4,59
2005	3,16	11.2004 a 10.2005	5,74
2006	3,75	11.2005 a 10.2006	13,43
2007	5,42	11.2006 a 10.2007	7,66

* período de cobertura "teórico" das PNADs. Fonte dos dados primários: IPEAdata.

Contudo, do ponto de vista das condições sociais, é fundamental chamar atenção para o fato de que, embora o salário mínimo venha apresentando ganhos reais desde 1992 (com exceção de 1994 e 2003), como também se observa na Tabela 1, é no período 2004-2007 que se verifica a mais virtuosa combinação entre expansão do PIB (4,5% a.a.) e do piso salarial legal (4,8% a.a.).[4]

Ainda que no período 1998-2002 o crescimento real do salário mínimo também seja significativo (4,1% a.a.), o baixo crescimento econômico (1,7% a.a.) neutralizou bastante seu impacto. No período 1993-1997, a combinação também foi

(4) Como a evolução do salário mínimo será utilizada como uma das referências para a análise dos dados da PNAD, os períodos anuais para calcular a sua variação real vão de novembro a outubro, que é o período de cobertura "teórico" deste inquérito domiciliar do IBGE.

positiva, porém com taxas inferiores (4,0% a.a. no PIB e 3,4% no salário mínimo). Por fim, no período 1984-1987 o piso legal sofre uma perda média de 5,3% a.a., como decorrência do quadro de aceleração inflacionária.

Além desta mais favorável combinação entre PIB e salário mínimo real, outros elementos positivos estão presentes no período recente. Um deles é a acentuada formalização dos contratos de trabalho, que potencializa os efeitos da recuperação do salário mínimo. O outro é a maturação, aprimoramento e ampliação dos programas focalizados de transferência de renda, com significativo impacto entre os miseráveis não diretamente beneficiados pelos ganhos do piso legal.

Como se verá a seguir, esta conjunção de fatores se expressa numa significativa melhora da estrutura social. Entretanto, também se evidenciará que o movimento mais expressivo de ascensão teve como limite o estrato social que acabou sendo denominado de "classe C".

No momento oportuno esta evolução da estrutura social será examinada com mais profundidade. Nesta visão introdutória queremos apenas registrar que, em nosso entendimento, este alcance limitado das melhorias sociais decorre fundamentalmente da baixa performance da economia brasileira, particularmente no que se refere ao desempenho industrial e suas articulações com os serviços.

Em poucas palavras, ainda que o PIB tenha crescido a taxas mais expressivas, este crescimento resulta sobretudo do desempenho do setor primário exportador e de uma estrutura industrial que ao longo do período de estagnação foi fortemente penalizada pela política cambial e de juros, junto com uma abertura comercial totalmente desvinculada de efetiva política industrial. Com isso, importantes elos da cadeia produtiva foram suprimidos e substituídos por importações baratas de produtos, peças, componentes, matérias primas e etc., reduzindo os efeitos dinâmicos no mercado de trabalho e oportunidades.

Ao encerrar esta introdução não podemos deixar de chamar atenção para nossas enormes potencialidades estruturais de desenvolvimento econômico nos marcos da economia mundial, particularmente quando ela voltar a crescer de forma expressiva.

Basta mencionar o significado das recentes descobertas de enormes reservas petrolíferas, que nos capacita a assumir um posto destacado de exportador num cenário de reservas mundiais declinantes e preços crescentes. Mas também as reservas de minerais estratégicos, o potencial hidráulico e a enorme capacidade de produção de alimentos.

O presente desafio é o de evitar que, diante das dificuldades que se avolumam, a vigente política macroeconômica hostil ao crescimento acelerado, e profundamente identificada com os interesses financeiros, provoque novos e maiores danos à estrutura

produtiva. E, em termos mais amplos, conseguirmos que aquelas potencialidades sejam desenvolvidas no sentido de impulsionar a reconstrução industrial na direção dos avanços tecnológicos produzidos pela "III Revolução", que nos capacitaria a construir uma nação moderna, civilizada e ambientalmente saudável. O que, sem dúvida, terá de ser acompanhado pela reconstrução do Estado Nacional e de seus serviços sociais – educação, saúde, habitação, transporte, segurança e etc. Sem falar na inadiável reconstrução da infra-estrutura econômica.

2 A evolução da estrutura social

Apresentamos a seguir a estratificação dos indivíduos que declaram rendimentos e a estratificação familiar da população para o período 1981-2007.[5]

Antes de discutirmos a evolução dos dados cabe destacar que a estratificação familiar apresenta um perfil significativamente melhor do que a individual, com maior participação dos três estratos associados à classe média e menor presença de miseráveis, sugerindo que os arranjos familiares melhoram as condições sociais dos indivíduos.

Tabela 2
Estratificação dos indivíduos que declaram rendimentos
Brasil

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	5,2	8,5	25,5	24,6	36,1	100,0
1982	5,7	8,2	24,8	25,4	35,9	100,0
1983	4,2	7,7	19,1	22,5	46,6	100,0
1984	3,8	6,8	19,6	22,0	47,7	100,0
1985	5,2	8,2	21,6	26,7	38,3	100,0
1986	8,3	11,7	27,5	26,2	26,3	100,0
1987	5,7	8,6	22,6	22,9	40,2	100,0
1988	5,2	7,3	20,5	22,2	44,8	100,0
1989	6,5	8,6	20,5	21,0	43,4	100,0
1990	5,3	8,2	22,0	19,8	44,6	100,0
1992	3,4	6,9	19,2	22,7	47,7	100,0
1993	3,9	6,5	18,3	21,2	50,1	100,0
1995	5,7	8,3	21,8	24,1	40,2	100,0
1996	6,3	8,4	24,0	21,7	39,5	100,0

Continua...

(5) Para compatibilizar a série de dados não foi incluído o Norte rural, contemplado pela PNAD a partir de 2004.

Tabela 2 – Continuação

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1997	5,4	9,3	21,7	22,3	41,3	100,0
1998	5,5	9,5	22,1	22,8	40,0	100,0
1999	5,3	8,2	23,8	23,9	38,8	100,0
2001	5,3	8,3	23,1	25,5	37,9	100,0
2002	4,7	7,6	22,3	25,8	39,6	100,0
2003	4,4	6,7	23,0	25,4	40,6	100,0
2004	4,1	7,1	21,8	27,9	39,2	100,0
2005	4,5	7,7	25,1	39,3	23,4	100,0
2006	5,0	8,3	26,4	37,9	22,3	100,0
2007	5,3	9,1	28,2	37,3	20,1	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 3
Estratificação familiar da população - Brasil
Metodologia: membro melhor remunerado

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Indigentes
1981	8,3	13,2	36,4	25,3	15,5	1,2
1982	9,2	12,7	35,1	26,3	15,6	1,2
1983	6,9	12,0	28,0	27,4	24,4	1,4
1984	6,3	10,9	29,3	28,2	24,2	1,2
1985	8,5	12,9	31,2	29,3	17,1	0,9
1986	13,7	18,0	36,0	23,1	8,3	0,9
1987	9,3	13,5	32,0	24,7	19,4	1,1
1988	8,5	11,4	29,0	25,4	24,5	1,1
1989	10,6	13,1	28,3	23,8	22,9	1,3
1990	8,6	12,3	30,5	22,5	24,6	1,5
1992	5,9	11,0	28,2	27,5	25,7	1,8
1993	6,6	10,3	27,0	26,1	28,1	1,9
1995	9,3	12,5	30,3	26,6	19,3	2,1
1996	10,0	12,5	31,7	23,0	20,5	2,3
1997	8,6	13,6	29,0	24,4	21,9	2,4
1998	8,6	13,8	29,4	24,6	21,2	2,4
1999	8,0	11,6	31,5	25,6	20,8	2,5
2001	7,9	11,5	30,0	27,1	20,7	2,8
2002	7,2	11,0	29,6	28,4	21,5	2,3
2003	6,8	9,7	30,3	28,4	22,4	2,4
2004	6,4	10,3	29,4	30,7	21,1	2,0
2005	7,0	11,1	33,2	36,7	10,1	1,9
2006	7,8	11,9	34,7	34,4	9,6	1,7
2007	8,2	13,0	36,0	32,6	8,3	1,8

Fonte: PNAD/IBGE.

(a) Estagnação da alta e média classe média

Em linhas gerais, observa-se tanto na agregação individual como na familiar uma relativa estagnação na participação da alta e média classe média. Basta dizer que as proporções dos estratos sociais estão praticamente nos mesmos níveis de 1981. Na agregação individual as proporções em 2007 são de 5,3% na alta e 9,1% na média e em 1981 de 5,2% e 8,5%, respectivamente. E na agregação familiar de 8,2% e 13,0% em 2007 e de 8,3% e 13,2% em 1981.

Mantendo esta visão panorâmica como pano de fundo podemos agora focar no período mais recente.

Observa-se na estratificação individual que a participação da alta classe média atinge seus níveis mínimos em 1992 e 1993, em grande medida refletindo a recessão do início da década sob o governo Collor. Recupera-se parcialmente em 1995, com o Plano Real, e atinge um novo pico em 1996. Já em 1997 cai para um patamar inferior, que se mantém até 2001. Em 2002 sofre novo recuo e vai declinando até 2004, revelando pequena recuperação a partir de 2005 e em 2007 retorna ao nível de 2001.

Na média classe média o comportamento é parecido, com progressiva retração após 1996 até 2003. Em 2004 inicia-se uma leve expansão e em 2007 se aproxima da proporção de 1998.

Desta forma, tanto na alta como na média classe média a recuperação de 2005 a 2007 é razoavelmente modesta em comparação com a movimentação ocorrida nas camadas inferiores, como se verá mais à frente.

Examinando-se a estratificação familiar constata-se uma performance muito próxima da individual, seja na alta ou na média classe média. O que era de se esperar em função da íntima relação entre as duas metodologias.

Em termos gerais, o panorama de estagnação (com vários períodos de retração) no espaço social dos dois estratos melhor situados da classe média tem profundos significados.

Em poucas palavras, expressa um preocupante processo de estreitamento dos canais de ascensão social, inédito na história contemporânea brasileira. Na verdade, funciona como uma barreira à mobilidade ascendente, que torna muito difícil ir além da (sofrida) baixa classe média. Seguramente, este desempenho tem um efeito fortemente corrosivo nas estruturas sociais, instalando e exacerbando, entre outras patologias, o mais completo "vale tudo" na luta por um lugar ao sol. E toda a plêiade de deformações daí decorrentes...

Neste sentido, o retrato desta estagnação ocupacional esboçado anteriormente nos fornece apenas uma pálida idéia de sua real dimensão. De fato, a análise da estratificação dos indivíduos declarantes apresenta tão somente a expansão, retração ou manutenção dos espaços sociais correspondentes aos distintos estratos. Ou seja, refere-se a resultados estruturais de uma série de processos complexos, que permanecem ocultos.

Assim sendo, a letargia nas oportunidades de alta e média classe média não deve nos conduzir à idéia de uma relativa "pasmaceira", muito distante da dinâmica social efetiva em que interagem de forma conflitante indivíduos que estão ascendendo, outros que lutam para manter sua posição e aqueles que estão caindo.

Na verdade, a disputa pela conquista de oportunidades insuficientes, numa época de frágeis freios morais, parece ser melhor caracterizada como uma verdadeira "pororoca social", com concorrência selvagem entre os segmentos envolvidos. Como pano de fundo imaginamos um processo bastante expressivo de circulação social entre os estratos sociais.

Em inúmeras famílias que ascenderam socialmente no período de forte expansão das oportunidades, são freqüentes os casos de profissionais adultos que perderam seus postos de trabalho e que não conseguiram substituí-los por outro de igual remuneração, sofrendo um doloroso rebaixamento social.

Da mesma forma, os jovens destas famílias defrontam-se com dificuldades crescentes, e muitas vezes intransponíveis, para conseguirem oportunidades equivalentes à de seus pais. O que termina por provocar uma perversa e desigual concorrência com os jovens dos estratos inferiores na disputa por oportunidades típicas de baixa classe média, encaradas como um mal menor ou transitório.

Por outro lado, sempre existem casos de indivíduos e famílias que conseguem melhorar de vida ultrapassando barreiras e vencendo obstáculos, mas tendo que lutar incessantemente para manter as posições conquistadas.

(b) O comportamento "ambíguo" da baixa classe média

De 1992 a 1998 o comportamento da baixa classe média acompanha aquele da alta e da média, ou seja: retração em 1992 e 1993, recuperação em 1995 com auge em 1996 e declínio até 1998. Porém, grosso modo, de 1999 a 2004 as duas tendências se afastam e a retração dos dois estratos superiores é acompanhada de crescimento ou relativa estabilidade na baixa classe média. O que parece indicar um processo de "rebaixamento social".

De 2005 a 2007 a tendência se inverte e os três estratos avançam conjuntamente – indicando um movimento de mobilidade ascendente -, com a participação da baixa classe média assumindo proporções destacadas na sua série específica.

O comportamento relativamente mais expressivo da baixa classe média por certo reflete tanto as maiores taxas de crescimento do PIB desde 2004, como o fato de que este crescimento se realiza em condições macroeconômicas desfavoráveis às estruturas produtivas mais complexas, integradas e tecnologicamente avançadas. Com isso, e outras circunstâncias da mesma natureza, os empregos e oportunidades gerados concentram-se nas faixas de menor remuneração.[6]

Esta avaliação algo mais sóbria da situação e desempenho da baixa classe média destoa significativamente de uma visão eufórica que tem sido muito freqüente na mídia e em algumas pesquisas de mercado. Entre outras razões, entendemos que este descompasso deve-se ao fato de que (ao contrário da nossa metodologia) elas incorporam o forte e recente ciclo de expansão do consumo, uma vez que, em geral, dimensionam os estratos sociais com base no seu perfil de consumo de produtos e serviços.

Acontece que este aquecimento do consumo em grande medida decorre do forte incremento das várias modalidades de crédito pessoal. Sendo relativamente consensual que a renda pessoal não tem crescido na mesma magnitude.

É importante registrar que estas observações não pretendem diminuir o significado deste forte aumento do consumo nas condições de vida das pessoas e famílias. Ao contrário, trata-se apenas de uma opção metodológica: entendemos que a renda declarada reflete as condições estruturais melhor do que a capacidade de consumo, mais sujeita ao fenômeno de "bolhas" que não se sustentam a longo prazo.

Outro aspecto relevante é que, apesar da recente expansão, a proporção de pessoas que na estratificação familiar se encontra na baixa classe média em 2007 (36,0%) situa-se no mesmo patamar de 1981 (36,4%).

Desta forma, tanto do ponto de vista dos impasses estruturais do desenvolvimento econômico como da perspectiva histórica de sua presença na sociedade brasileira, a performance da baixa classe média nos últimos anos merece ser razoavelmente relativizada.

(6) Cf. entre outros Pochmann (2001).

Entretanto, a percepção das pessoas sobre sua situação social normalmente leva em conta, sobretudo, os acontecimentos mais imediatos. Neste sentido, os dados da PNAD realmente dão suporte a uma avaliação mais otimista, com uma expansão na estrutura familiar da faixa de 30% no período 2001-2004 para 36% em 2007. Adicionando-se o fato de que no período 2005-2007 as duas camadas superiores também apresentam recuperação, o que, como já foi dito, significa que o comportamento da baixa classe média no período caracteriza um movimento de ascensão social. Mais à frente abordaremos a dimensão absoluta desta evolução, ou seja, o número de pessoas que melhoram de situação.

(c) A massa trabalhadora

Nesta camada chama atenção as taxas relativamente mais elevadas entre 2001 e 2003, acompanhando o comportamento da baixa classe média. Este "inchamento" junto com a relativa expansão dos miseráveis (e encolhimento dos estratos superiores) revela, na verdade, a profundidade do já apontado processo de rebaixamento social.

Em 2004 sua expansão reflete a retração da baixa classe média combinada com o recuo dos miseráveis. No triênio 2005-2007 o cenário se altera, pois o patamar mais elevado da massa trabalhadora resulta, sobretudo, da significativa redução dos miseráveis. Aqui também se manifesta a já mencionada concentração de novas oportunidades nas faixas inferiores de remuneração, que merece algumas considerações adicionais uma vez que o avanço conjunto da baixa classe média e da massa trabalhadora é muito expressivo: passam de 50% do total de indivíduos que declaram rendimentos em 2004 para 65,5% em 2007.

E esta forte expansão possui duplo significado. De um lado, aponta para a já mencionada baixa performance da economia brasileira, desfavorável aos setores industriais de conteúdo tecnológico mais sofisticado, diversificados e integrados. Entretanto, estas mesmas condições impostas ao desenvolvimento nacional beneficiam de imediato os trabalhadores da base da pirâmide, dado que as oportunidades criadas (de baixa remuneração) são relativamente mais acessíveis ao potencial de qualificação e treinamento daqueles oriundos da massa popular. Além de razoavelmente recompensadoras, diante da precariedade e desemprego. E isto, inegavelmente, deve ter importante influência na conformação da opinião pública destes segmentos sociais.

(d) Os miseráveis

Após a retração de 1995 por força do Plano Real e nova redução localizada em 1996, o patamar de miseráveis permanece relativamente estável até 2004. O que aponta para as limitações das políticas sociais focalizadas de distribuição de renda, e mesmo da recuperação real do salário mínimo, num quadro de baixo crescimento econômico.

Em 2005 chama atenção a brusca e significativa retração desta camada, que continua recuando em 2006 e 2007. Em temos gerais esta performance mais favorável reflete a combinação de níveis mais robustos de crescimento econômico (que se inicia em 2004) e a manutenção de ganhos reais no salário mínimo, que são ainda mais significativos na PNAD de 2006, como se observou na Tabela 1.

Em temos mais específicos, contudo, este comportamento também decorre da metodologia adotada na construção das linhas de corte, diretamente relacionada ao salário mínimo de 2004. Como em 2005 o valor do piso salarial fica acima do valor da linha de corte corrigida pelo INPC, ocorre a apontada redução dos miseráveis. Ou seja, se a definição da linha de corte tomasse como base o salário mínimo de algum ano anterior a 2004, a queda brusca poderia ter se manifestado também anteriormente, uma vez que a recuperação real do salário mínimo vem ocorrendo com altos e baixos desde a PNAD de 1995, com exceção de 2003.

De qualquer forma, a tendência de retração que se verifica no triênio 2005-2007 seria a mesma apontada, podendo apenas variar a sua magnitude.

(e) Nódoa de precariedade: a massa de pobres e miseráveis

É importante registrar que, apesar dos avanços recentes, a sociedade brasileira ainda se defronta com um gravíssimo problema social, corporificado na vergonhosa magnitude da massa de pobres e miseráveis, como se observa na Tabela 4 a seguir apresentada.

De fato, a dimensão conjunta dos dois estratos inferiores atinge a espantosa marca de 70% dos **indivíduos** que declaram rendimentos em 1984 e de 71% em 1993, refletindo as recessões de início das duas décadas.

Em 1995, mais uma vez por força do Plano Real esta participação se retrai e, salvo 1996, fica num patamar de 63 a 64% até 2001. Em 2002 verifica-se novo recrudescimento (65%), avançando até 67% em 2004. Em 2005 volta-se ao anterior patamar dos 63% e com novos recuos em 2007 atinge a marca de 57%, que como foi dito acima ainda se trata de uma proporção bastante preocupante.

O exame da agregação **familiar**, que expressa a participação no conjunto da população, revela um comportamento idêntico, apenas com proporções inferiores. De qualquer forma, em 2007 atinge-se o nível de 43% da população, que é o mesmo de 1982.

Tabela 4
Participação conjunta da Massa Trabalhadora e dos Miseráveis
Brasil

Ano	% dos indivíduos declarantes	% da população
1981	60,7	42,0
1982	61,3	43,1
1983	69,1	53,2
1984	69,7	53,6
1985	65,0	47,3
1986	52,5	32,3
1987	63,1	45,2
1988	67,0	51,0
1989	64,4	48,0
1990	64,4	48,6
1992	70,4	55,0
1993	71,3	56,1
1995	64,3	48,0
1996	61,2	45,8
1997	63,6	48,7
1998	62,8	48,2
1999	62,7	48,9
2001	63,4	50,6
2002	65,4	52,2
2003	66,0	53,2
2004	67,1	53,8
2005	62,7	48,7
2006	60,2	45,7
2007	57,4	42,7

Fonte: PNAD – IBGE.

(f) Variações populacionais absolutas

Além dos dados relativos (proporções) é bastante ilustrativo considerarmos também as variações absolutas na estrutura social, ou seja, o número de pessoas envolvidas. Entretanto, ao se utilizar as informações da PNAD este tipo de abordagem requer alguns cuidados, pois como este inquérito é aplicado apenas numa amostra de domicílios, a população total é estimada com base no último Censo Demográfico (ou

contagem populacional). Além disso, algum tempo após a divulgação anual da PNAD o IBGE normalmente procede a revisões dos pesos dos indivíduos e da população total.

Buscando contornar estas possíveis fontes de inconsistências ou distorções, adotamos o critério de trabalhar com o dado mais recente da população (neste estudo, 2007) e aplicar sobre o mesmo as participações dos estratos sociais apuradas nos anos (anteriores) que estão sendo comparados com o atual. Com este procedimento isolamos o efeito do crescimento populacional, identificando exclusivamente o impacto das mudanças na estrutura social.

Finalmente, é importante relembrar que estamos utilizando neste trabalho o critério de hierarquizar as famílias pelo membro melhor remunerado, independente da renda familiar per capita. Assim sendo, quando nos referirmos à melhora na posição de um determinado contingente de pessoas, isto significa que elas se encontram em famílias em que pelo menos um (ou apenas um) membro melhorou de posição na hierarquia social.

Como se observa na Tabela 5, as mudanças recentes na estrutura social brasileira impactaram em um expressivo contingente de pessoas, notadamente entre os situados na base da pirâmide. Basta dizer que, segundo os critérios aqui adotados, no quadriênio compreendido entre 2003 e 2007 saíram da miséria 27,4 milhões de pessoas, correspondentes a 14,7% da população de 2007.

Tabela 5
Variações populacionais
Brasil

Estratos sociais	2003		2007		2007-2003	
	%	Pessoas (mil)*	%	Pessoas (mil)	Pessoas (mil)*	%
Alta classe média	6,8	12.701	8,2	15.385	2.685	1,4
Média classe média	9,7	18.120	13,0	24.292	6.172	3,3
Baixa classe média	30,3	56.548	36,0	67.192	10.644	5,7
Massa trabalhadora	28,4	52.901	32,6	60.840	7.938	4,3
Miseráveis	22,4	41.815	8,3	15.508	(26.306)	(14,1)
Indigentes	2,4	4.466	1,8	3.334	(1.132)	(0,6)
Total	100,0	186.552	100,0	186.552	-	-

* população simulada, equivalente à de 2007.

Uma parcela expressiva desta retração dos miseráveis resultou na expansão dos pobres (massa trabalhadora) em 7,9 milhões de pessoas; com o que o crescimento da

classe média foi de 19,5 milhões, sendo 10,6 milhões na baixa, 6,2 milhões na média e 2,7 milhões na alta.

Para captar melhor seu significado, comparamos esta variação no quadriênio 2003-2007 com outros dois quadriênios (após 1981) em que igualmente ocorreu expansão do PIB e redução dos miseráveis, tal como se apresenta nas Tabelas 6 e 7, sempre considerando a população de 2007 e as proporções efetivas de cada ano.

Tabela 6
Variações populacionais
Brasil

Estratos sociais	1992		1996		1996-1992	
	%	Pessoas (mil)*	%	Pessoas (mil)*	Pessoas (mil)*	%
Alta classe média	5,9	10.992	10,0	18.643	7.651	4,1
Média classe média	11,0	20.453	12,5	23.238	2.785	1,5
Baixa classe média	28,2	52.523	31,7	59.183	6.660	3,6
Massa trabalhadora	27,5	51.251	23,0	42.852	(8.399)	(4,5)
Miseráveis	25,7	47.970	20,5	38.293	(9.677)	(5,2)
Indigentes	1,8	3.363	2,3	4.343	980	0,5
Total	100,0	186.552	100,0	186.552	-	-

* população simulada, equivalente à de 2007.

Tabela 7
Variações populacionais
Brasil

Estratos sociais	1983		1987		1987-1983	
	%	Pessoas (mil)*	%	Pessoas (mil)*	Pessoas (mil)*	%
Alta classe média	6,9	12.820	9,3	17.437	4.617	2,5
Média classe média	12,0	22.295	13,5	25.119	2.824	1,5
Baixa classe média	28,0	52.206	32,0	59.707	7.501	4,0
Massa trabalhadora	27,4	51.152	24,7	46.062	(5.090)	(2,7)
Miseráveis	24,4	45.530	19,4	36.156	(9.374)	(5,0)
Indigentes	1,4	2.549	1,1	2.071	(478)	(0,3)
Total	100,0	186.552	100,0	186.552	-	-

* população simulada, equivalente à de 2007.

Antes de mais nada é oportuno registrar que nestes dois quadriênios selecionados para comparação, o comportamento da estrutura social é fortemente determinado pelos respectivos planos de estabilização neles adotados: o Real em 1994 e o Cruzado em 1986.

Os dados apurados nesta simulação evidenciam que no quadriênio 1992-1996 a retração entre os miseráveis foi bem menor do que aquela do período recente, atingindo 8,7 milhões de pessoas. Contudo, o impacto na classe média foi igualmente bastante expressivo, uma vez que simultaneamente ocorreu a significativa redução dos pobres (massa trabalhadora) em 8,4 milhões de pessoas. Com isso a expansão da classe média é de 17,1 milhões de pessoas, sendo 6,7 milhões na baixa, 2,8 milhões na média e 7,6 milhões na alta.

No período 1983-1987 a performance é parecida, em patamar um pouco mais baixo. De fato, os miseráveis apresentam uma retração de 9,8 milhões de pessoas que é acompanhada da redução de 5,1 milhões de pobres (massa trabalhadora). Ou seja, nesta base simulada de comparação populacional, os dois estratos precários são reduzidos em 14,9 milhões de pessoas, que correspondem à expansão da classe média, sendo 7,5 milhões na baixa, 2,8 milhões na média e 4,6 milhões na alta.

Se olharmos para os dois estratos diferenciados em seu conjunto, ou seja, a alta e média classe média, o cenário é o seguinte: expansão de 8,7 milhões de pessoas no período 2003-2007, de 10,4 milhões em 1992-1996 e de 7,4 milhões em 1983-1987.

Antes de prosseguir nesta análise é recomendável enfatizar mais uma vez o caráter meramente ilustrativo destas comparações, entre outras razões porque o cenário atual ainda está em desenvolvimento e os anteriores, obviamente, já se encerraram.

Como foi apontado na Tabela 3, já em 1988 a situação piora significativamente e assim permanece até 1993. Da mesma forma, em 1997 eleva-se novamente a proporção de miseráveis a um patamar que se mantém até 2004.

No que se refere ao período recente, ainda que o cenário de 2008 já não seja tão otimista em relação aos rendimentos reais, a PNAD deste ano (coletada em outubro) não deve registrar recuos significativos uma vez que o mercado de trabalho continuou apresentando bom desempenho ao menos até o momento do inquérito. Assim, as preocupações mais sérias dizem respeito a 2009.

Outra importante ressalva diz respeito à própria magnitude de cada camada social, pois é evidente que ela é resultado de uma definição arbitrária das linhas de corte adotadas.

Como se observou nos dados anteriormente apresentados, em nossa metodologia a baixa classe média em geral é a camada mais numerosa da estrutura social. Entretanto, nos parece totalmente inadequado concluir da recente expansão da baixa classe média que agora temos no Brasil uma sociedade de classe média.[7]

(7) Por exemplo, cf. Néri (2008).

Em poucas palavras, nas condições brasileiras, um autêntico padrão de classe média pressupõe o acesso, com recursos próprios, a educação de qualidade; cursos de idiomas; viagens internacionais; convênios médicos abrangentes; moradias diferenciadas; alguma das diversas modalidades de segurança pessoal; serviços pessoais especializados, tais como, psicólogos, dentistas, oculistas, fiseoterapeutas, nutricionistas e etc. Reforçando que, em geral, tudo isso deve ser alcançado sem depender das redes públicas de serviços sociais bastante sucateadas. O que, convenhamos, esta muito distante das condições da sofrida "classe C", que no máximo pode ser classificada como remediada ao se diferenciar da massa de pobres e miseráveis.

(g) As distinções regionais

Procurando avançar na descrição pormenorizada da performance recente da estrutura social, vamos agora examinar as especificidades regionais. Para tanto, agregamos as diversas localidades apresentadas pela PNAD (26 estados e 10 regiões metropolitanas) nas seguintes regiões[8]: a região A, com rendimentos mais elevados, abrange o Distrito Federal e os estados do sudeste e sul. Com a desagregação dos dados possibilitada pela PNAD a região A foi subdividida em: "A – regiões metropolitanas" (incluindo as regiões metropolitanas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre) e "A – demais localidades" (abrangendo o "interior" dos estados que possuem regiões metropolitanas e o total dos dois estados que não as possuem, a saber, Espírito Santo e Santa Catarina).

A região B, com níveis intermediários de rendimentos, abrange os estados do norte e centro oeste, além das três metrópoles do nordeste. Da mesma forma que procedemos na primeira região, ela foi subdividida em "B – regiões metropolitanas" (incluindo as regiões metropolitanas do norte e nordeste: Belém, Fortaleza, Recife e Salvador) e "B – demais localidades" (incluindo o "interior" do Pará e o total dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás).

Por fim, a região C, com níveis inferiores de rendimentos, contempla sem subdivisões o "interior" dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, além do total dos estados de Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Ou seja, abrange os estados do nordeste exceto suas regiões metropolitanas.

A Tabela 8 apresenta a seguir as variações populacionais regionais para no período 2003-2007, "atualizando-se" a população para 2007 conforme anteriormente mencionado.

(8) Cf. Quadros (2008, p. 27).

Tabela 8
Variações populacionais regionais

Estratos Sociais	2003		2007		2007-2003	
	%	Pessoas (mil)*	%	Pessoas (mil)	Pessoas (mil)*	%
Região A - Metrópoles						
Alta classe média	11,3	5.268	13,3	6.209	941	2,0
Média classe média	14,2	6.649	18,3	8.591	1.942	4,1
Baixa classe média	39,0	18.271	43,8	20.506	2.235	4,8
Massa trabalhadora	24,0	11.252	20,4	9.538	(1.714)	(3,7)
Miseráveis	8,5	3.974	2,3	1.074	(2.900)	(6,2)
Indigentes	3,0	1.405	1,9	902	(503)	(1,1)
Total	100,0	46.819	100,0	46.819	-	-
Região A - Demais localidades						
Alta classe média	7,4	4.740	8,8	5.629	889	1,4
Média classe média	11,7	7.523	15,7	10.092	2.570	4,0
Baixa classe média	36,0	23.133	42,0	26.971	3.838	6,0
Massa trabalhadora	28,4	18.237	28,7	18.438	201	0,3
Miseráveis	14,7	9.448	3,5	2.262	(7.186)	(11,2)
Indigentes	1,7	1.095	1,2	784	(312)	(0,5)
Total	100,0	64.175	100,0	64.175	-	-
Região B - Metrópoles						
Alta classe média	5,4	686	7,3	929	243	1,9
Média classe média	6,9	879	9,4	1.203	324	2,5
Baixa classe média	23,1	2.945	29,1	3.710	765	6,0
Massa trabalhadora	30,5	3.890	41,9	5.347	1.457	11,4
Miseráveis	29,2	3.729	9,2	1.168	(2.561)	(20,1)
Indigentes	4,9	627	3,1	399	(228)	(1,8)
Total	100,0	12.756	100,0	12.756	-	-
Região B - Demais localidades						
Alta classe média	5,3	1.128	6,7	1.425	296	1,4
Média classe média	7,7	1.640	11,6	2.447	807	3,8
Baixa classe média	29,9	6.326	36,4	7.700	1.374	6,5
Massa trabalhadora	33,6	7.118	36,9	7.810	692	3,3
Miseráveis	20,7	4.386	5,9	1.249	(3.137)	(14,8)
Indigentes	2,7	570	2,5	537	(33)	(0,2)
Total	100,0	21.167	100,0	21.167	-	-
Região C - Demais localidades						
Alta classe média	2,3	944	3,2	1.315	371	0,9
Média classe média	3,6	1.491	5,0	2.089	597	1,4
Baixa classe média	14,5	6.041	20,4	8.494	2.453	5,9
Massa trabalhadora	29,8	12.401	46,6	19.413	7.013	16,8
Miseráveis	47,9	19.961	23,1	9.608	(10.353)	(24,9)
Indigentes	1,9	796	1,7	716	(81)	(0,2)
Total	100,0	41.635	100,0	41.635	-	-

* população simulada, equivalente à de 2007.

Como se observa na Tabela 8, a região C é aquela com maior redução da miséria, atingindo 10,4 milhões de pessoas que representam a expressiva proporção de 25,1% da população total da região em 2007. Como contrapartidas mais significativas, a massa trabalhadora (pobres) aumentou em 7,0 milhões (16,8% da população) e a baixa classe média em 2,5 milhões (5,9% da população).

Em termos relativos, a segunda região em termos de redução da miséria é a região "B – metrópoles" (regiões metropolitanas de Belém, Recife, Salvador e Fortaleza). De fato, os 2,8 milhões de pessoas que saem da miséria equivalem a 21,9% da população regional. As contrapartidas mais expressivas são o crescimento de 1,5 milhão de pessoas pobres (massa trabalhadora) e de 765 mil na baixa classe média.

Ou seja, na região nordeste acrescida da região metropolitana de Belém a redução da miséria atingiu 13,2 milhões de pessoas (de um total nacional de 27,4 milhões).

Em termos absolutos, a segunda posição fica com a região "A – demais localidades" onde a redução da miséria é da ordem de 7,5 milhões de pessoas. Adicionalmente, outro aspecto interessante é que como aqui os pobres da massa trabalhadora apresentam leve aumento (200 mil pessoas), a contrapartida é integralmente a expansão da classe média, destacando-se os 3,8 milhões de pessoas acrescidas à baixa classe média e 2,6 milhões à média.

A região "A – metrópoles" apresenta um perfil de mudança parecido com este último, com uma retração de 3,4 milhões de miseráveis e de 1,7 milhão na massa trabalhadora.

Merece destaque o fato de que, coerentemente com seu maior grau de desenvolvimento, é nestes dois subconjuntos da região A que se concentram os avanços nos dois estratos melhor situados. De uma expansão total de 2,7 milhões de pessoas na alta classe média, 940 mil se encontram na região "A – metrópoles" e 890 mil na região "A – demais localidades". Da mesma forma, de um acréscimo total de 6,2 milhões de pessoas na média classe média, 1,9 milhão localizam-se na região "A – metrópoles" e 2,6 milhões na região "A – demais localidades".

Por fim, os 3,2 milhões de pessoas restantes da retração total de miseráveis encontram-se na região "B – demais localidades", representando 15,0% da população regional.

(h) As mudanças nas estruturas sociais regionais

Fazendo o movimento inverso apresentamos na Tabela 9 as correspondentes mudanças nas estruturas sociais destas regiões no período recente.

Tal como o que foi visto no âmbito nacional, a redução mais significativa da miséria ocorreu em 2005.

Agregando-se os três estratos inferiores da estrutura social numa faixa de precariedade (englobando miseráveis e pobres), na região "A – metrópoles" ela passa de 35,5% em 2003 para 24,6% em 2007; de 44,8% para 33,4% na região "A – demais localidades"; de 64,6% para 54,2% na região "B – metrópoles"; de 57,0% para 45,3% na região "B – demais localidades"; e de 79,6% para 71,4% na região C.

Na outra ponta, agregando os dois estratos melhor situados, na região "A – metrópoles" eles passam de 25,5% em 2003 para 31,6% em 2007; de 19,1% para 24,5% na região "A – demais localidades"; de 12,3% para 16,7% na região "B – metrópoles"; de 13,0% para 18,3% na região "B - demais localidades"; e de 5,9% para 8,2% na região C.

Tabela 9
Estruturas sociais regionais

Estratos sociais	2003	2004	2005	2006	2007
Região A - Metrópoles					
Alta classe média	11,3	10,5	11,7	12,6	13,3
Média classe média	14,2	14,9	15,9	16,9	18,3
Baixa classe média	39,0	37,7	41,0	42,3	43,8
Massa trabalhadora	24,0	26,0	26,1	23,3	20,4
Miseráveis	8,5	8,3	3,2	3,0	2,3
Indigentes	3,0	2,6	2,1	1,9	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região A - Demais localidades					
Alta classe média	7,4	6,8	7,5	8,4	8,8
Média classe média	11,7	12,4	13,3	14,1	15,7
Baixa classe média	36,0	35,0	39,1	40,8	42,0
Massa trabalhadora	28,4	30,9	33,8	30,7	28,7
Miseráveis	14,7	13,7	5,1	4,7	3,5
Indigentes	1,7	1,2	1,2	1,2	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Continua...

Tabela 9 – Continuação

Estratos sociais	2003	2004	2005	2006	2007
Região B - Metrópoles					
Alta classe média	5,4	5,9	6,4	6,6	7,3
Média classe média	6,9	7,8	8,5	8,7	9,4
Baixa classe média	23,1	21,5	25,6	27,6	29,1
Massa trabalhadora	30,5	33,6	44,2	43,6	41,9
Miseráveis	29,2	27,7	11,8	10,3	9,2
Indigentes	4,9	3,5	3,6	3,1	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região B - Demais localidades					
Alta classe média	5,3	5,2	5,6	6,1	6,7
Média classe média	7,7	8,8	9,4	10,5	11,6
Baixa classe média	29,9	30,2	33,9	35,6	36,4
Massa trabalhadora	33,6	36,0	41,5	38,6	36,9
Miseráveis	20,7	17,7	7,5	7,2	5,9
Indigentes	2,7	2,1	2,2	2,0	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região C - Demais localidades					
Alta classe média	2,3	2,3	2,3	2,7	3,2
Média classe média	3,6	3,7	4,2	4,6	5,0
Baixa classe média	14,5	14,0	17,5	19,0	20,4
Massa trabalhadora	29,8	31,8	47,9	46,9	46,6
Miseráveis	47,9	46,1	26,1	25,2	23,1
Indigentes	1,9	2,1	2,0	1,6	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

3 O comportamento "surpreendente" dos rendimentos[9]

Ainda que o desempenho econômico e social mais recente justifique analiticamente uma performance mais favorável da estrutura social (sobretudo nos três estratos inferiores), chama atenção a evolução dos rendimentos captados pela PNAD no biênio 2005-2006, como se observa na Tabela 10 apresentada a seguir.

(9) Neste item trabalharemos com o conceito de ocupação adotado pelo IBGE em 1992 e, para efeito de compatibilização da série, não incluímos os dados do Norte rural que passou a ser coberto pela PNAD a partir de 2004.

Tabela 10
Evolução dos indivíduos que declaram rendimentos
Brasil

Anos	Nº indivíduos (mil)	Variação %	Rd.média (R$)	Variação %	Rd.total (R$ milhões)	Variação %
1992	74.966		683		51.211	
1993	76.759	2,4	716	4,9	54.990	7,4
1995*	80.482	4,8	874	22,0	70.313	27,9
1996	80.045	(0,5)	903	3,4	72.278	2,8
1997	82.663	3,3	897	(0,6)	74.172	2,6
1998	85.040	2,9	901	0,5	76.662	3,4
1999	85.879	1,0	868	(3,7)	73.482	(4,1)
2001*	92.158	7,3	858	(1,2)	77.923	6,0
2002	96.565	4,8	836	(2,5)	79.722	2,3
2003	99.447	3,0	771	(7,8)	75.643	(5,1)
2004	103.070	3,6	776	0,7	78.817	4,2
2005	106.174	3,0	816	5,0	85.618	8,6
2006	109.696	3,3	874	7,2	94.557	10,4
2007	111.524	1,7	896	2,5	98.212	3,9

* 2 anos. Valores em outubro/2007, deflator: INPC corrigido, IPEA.

A forte recuperação dos rendimentos captados pela PNAD em 2005 num primeiro momento nos surpreendeu diante do ocorrido em 2004, com um crescimento do PIB mais expressivo. Na verdade, no período considerado o comportamento dos rendimentos médio e total em 2005 só tem equivalência com o de 1993, que resultou da recuperação da forte recessão do governo Collor. Em 1995, além de incorporar os impactos do Plano Real, os dados abrangem um biênio. Em 2001 também se verifica esta mesma temporalidade e o principal componente é a expansão do número de declarantes.

Ainda que pudéssemos raciocinar com um efeito defasado do crescimento econômico do ano anterior, este desempenho de 2005 destoava, por exemplo, da performance dos rendimentos dos ocupados captados pela pesquisa Mensal do Emprego – PME, também do IBGE, que acompanha o rendimento na ocupação principal nas regiões metropolitanas, apresentados na Tabela 11. Se confrontarmos a PME com os dados da PNAD apresentados neste trabalho, a evolução é bastante distinta em 2005, ainda que neste caso consideremos também os rendimentos de eventuais ocupações secundárias.

Tabela 11
Rendimentos médios dos ocupados

Data	PME – trabalho principal Regiões metropolitanas	
	Renda média (R$)*	Variação %
Outubro 2002	1.188	
Outubro 2003	1.027	- 13,6
Outubro 2004	1.036	0,9
Outubro 2005	1.057	2,1
Outubro 2006	1.113	5,3
Outubro 2007	1.124	1,0

* valores em out. 2007, deflator: INPC.

Antes de mais nada, o interesse demonstrado pelo comportamento dos rendimentos decorre do fato de que a metodologia de estratificação adotada baseia-se na renda declarada aos inquéritos domiciliares do IBGE. Assim sendo, o comportamento dos diversos estratos sociais ao longo do tempo reflete diretamente a evolução destes rendimentos.

Na verdade, a evolução dos rendimentos médios expressa a performance da estrutura social. Em poucas palavras, a composição mais favorável da estrutura, com maior participação dos estratos superiores e redução dos inferiores, se traduz na elevação dos rendimentos médios. Assim sendo, eventuais inconsistências nestes últimos pode indicar que o mesmo fenômeno estaria ocorrendo na evolução dos estratos sociais.

Inicialmente, aquele comportamento inusitado de 2005 nos levou a cogitar de eventuais mudanças nos critérios de captação da renda individual (e familiar) pela PNAD, o que foi cabalmente negado pelo IBGE.

Admitindo-se, então, tanto a manutenção dos critérios do inquérito domiciliar como a inexistência de ajustes *ad hoc*, alguns fatores subjetivos poderiam, num elevado nível de generalidade, ajudar na compreensão deste cenário. Isto porque, em nosso entendimento, a própria natureza do inquérito domiciliar faz com que a renda declarada à PNAD esteja mais próxima de um levantamento de opinião sobre a situação dos indivíduos declarantes, do que de uma criteriosa apuração de rendimentos efetivamente recebidos.

Assim sendo, a situação retratada pela PNAD nos anos recentes pode estar sendo influenciada pela melhor disposição "declaratória" dos entrevistados, diante de um quadro mais favorável em suas oportunidades. Da mesma forma, também podem

estar sendo captados os efeitos benéficos da forte expansão das distintas modalidades de crédito pessoal.

De qualquer forma, se pertinentes, estas considerações apenas poderiam nos levar a "expurgar" os níveis de crescimento captados, mas não a questionar sua tendência, que é compatível com o comportamento geral da economia e com os estudos de mercado divulgados recentemente.

Prosseguindo na análise dos rendimentos ainda em âmbito nacional, é oportuno desagregar o conjunto de indivíduos que declaram rendimentos à PNAD em dois grupos: ocupados e "sem ocupação com rendimento" (predominantemente aposentados, pensionistas e demais beneficiários de políticas sociais).

Como se observa nas Tabelas 12 e 13 apresentadas a seguir, o número de indivíduos não ocupados continua avançando mais rapidamente que o de ocupados, como já vinha ocorrendo ao longo do período de estagnação.[10]

Tabela 12
Evolução dos indivíduos ocupados
Brasil

Anos	Nº indivíduos (mil)	Variação %	Rd.média (R$)	Variação %	Rd.total (R$ milhões)	Variação %
1992	65.148		696		45.340	
1993	66.297	1,8	735	5,5	48.699	7,4
1995*	69.429	4,7	896	22,0	62.206	27,7
1996	67.912	(2,2)	937	4,6	63.616	2,3
1997	69.967	3,0	930	(0,8)	65.038	2,2
1998	71.349	2,0	928	(0,2)	66.198	1,8
1999	70.630	(1,0)	899	(3,1)	62.549	(5,5)
2001*	76.098	7,7	886	(1,5)	66.377	6,1
2002	78.959	3,8	867	(2,1)	67.579	1,8
2003	80.163	1,5	805	(7,2)	63.599	(5,9)
2004	82.817	3,3	809	0,5	65.916	3,6
2005	85.487	3,2	848	4,8	71.632	8,7
2006	87.629	2,5	918	8,2	79.213	10,6
2007	89.209	1,8	941	2,5	82.435	4,1

* 2 anos. Valores em outubro/2007, deflator: INPC corrigido, IPEA.

(10) Cf. A dinâmica da classe média. In: Dupas (2007).

Tabela 13
Evolução dos indivíduos "sem ocupação e com rendimentos"
Brasil

Anos	Nº indivíduos (mil)	Variação %	Rd.média (R$)	Variação %	Rd.total (R$ milhões)	Variação %
1992	9.818		598		5.872	
1993	10.462	6,6	601	0,5	6.291	7,1
1995*	11.052	5,6	734	22,0	8.107	28,9
1996	12.133	9,8	714	(2,7)	8.662	6,8
1997	12.697	4,6	719	0,8	9.134	5,5
1998	13.691	7,8	764	6,2	10.464	14,6
1999	15.249	11,4	724	(5,2)	10.933	4,5
2001*	16.060	5,3	725	0,1	11.546	5,6
2002	17.606	9,6	696	(4,0)	12.143	5,2
2003	19.284	9,5	630	(9,5)	12.044	(0,8)
2004	20.254	5,0	643	2,2	12.901	7,1
2005	20.687	2,1	681	5,8	13.986	8,4
2006	22.067	6,7	701	3,1	15.345	9,7
2007	22.315	1,1	717	2,2	15.778	2,8

* 2 anos. Valores em outubro/2007, deflator: INPC corrigido, IPEA.

Em 2005 ambos os grupos exibem forte recuperação nos rendimentos médio e total. Já em 2006 os comportamentos são distintos, com o aumento dos rendimentos médios dos ocupados ultrapassando bastante o dos "sem ocupação com rendimento", refletindo o dinamismo do mercado de trabalho. Entretanto a expansão numérica deste último grupo faz com que a evolução da sua renda total também supere aquela de 2005. De todo modo, constata-se que a evolução dos rendimentos dos indivíduos ocupados é o componente determinante no comportamento dos rendimentos do conjunto de indivíduos que declaram rendimentos.

Por fim, em 2007 os dois segmentos apresentam uma performance mais modesta tanto em termos de rendimentos quanto de expansão numérica, sendo mais favorável aos indivíduos ocupados.

Passemos, agora, ao exame circunstanciado dos rendimentos declarados, tanto em termos regionais como ocupacionais.

3A As especificidades regionais

As Tabelas 14 e 15 apresentam, respectivamente, a evolução regional do conjunto dos indivíduos ocupados e dos indivíduos "sem ocupação com rendimentos".

Como uma descrição exaustiva seria muito enfadonha, vamos nos ater às disparidades regionais mais marcantes em relação ao cenário nacional do período 2004-2007, apenas situando-as no panorama mais amplo pós 1992. Examinemos inicialmente na Tabela 14 o comportamento dos indivíduos ocupados.

Como já foi dito anteriormente, a performance nacional de 2005 e 2006 destoa bastante dos anos anteriores, apenas tendo uma certa equivalência com 1993, quando a economia se recupera da forte recessão do governo Collor. A expansão da renda total em 2004 (3,6%) resulta da recuperação no número de ocupados (3,3%), uma vez que os rendimentos médios ficam praticamente constantes (0,5%). Já em 2005 (8,7%), temos uma virtuosa combinação de crescimento na ocupação (3,2%) e mais ainda nos rendimentos médios (4,8%). O mesmo perfil favorável se verifica em 2006, só que em patamar ainda mais elevado (10,6%), fruto de maior crescimento nos rendimentos médios (8,2%). Como já apontamos, em 2007 a renda total cresce menos do que nos dois anos anteriores (4,1%), combinando acréscimos de 1,8% na ocupação e de 2,5% nos rendimentos médios.

Tabela 14
Indivíduos ocupados

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
1993	1,9	1,6	1,4	2,7	1,6	1,8
1995*	6,5	3,4	10,7	5,5	3,6	4,7
1996	(0,4)	(2,3)	(4,2)	(1,1)	(3,9)	(2,2)
1997	1,1	1,8	3,7	5,7	5,9	3,0
1998	2,1	0,9	3,1	4,4	2,2	2,0
1999	0,2	(1,2)	2,1	(0,9)	(2,7)	(1,0)
2001*	8,9	8,7	17,6	10,5	1,6	7,7
2002	4,0	3,1	3,5	4,5	4,4	3,8
2003	(0,2)	2,3	(0,4)	2,2	2,4	1,5
2004	4,1	2,5	5,3	6,7	1,7	3,3
2005	4,5	2,4	4,3	2,4	3,3	3,2
2006	3,2	3,3	2,3	2,5	0,5	2,5
2007	3,4	0,7	3,3	3,6	0,5	1,8

Continua...

Tabela 14 – Continuação

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % na renda média						
1993	5,8	3,2	11,6	10,0	6,1	5,5
1995*	25,8	21,5	6,6	12,6	21,4	22,0
1996	2,7	3,6	7,4	6,7	6,9	4,6
1997	(0,7)	2,0	(1,6)	(0,3)	(4,4)	(0,8)
1998	0,4	(1,8)	0,1	(1,2)	4,6	(0,2)
1999	(7,5)	1,1	(5,8)	(3,7)	0,3	(3,1)
2001*	(2,8)	(2,8)	(0,2)	1,9	(3,0)	(1,5)
2002	(3,2)	(1,6)	(3,0)	(0,4)	(0,7)	(2,1)
2003	(8,6)	(4,1)	(15,8)	(9,3)	(3,8)	(7,2)
2004	(2,4)	0,2	5,8	5,2	3,6	0,5
2005	6,9	3,4	5,2	4,0	1,7	4,8
2006	4,5	9,1	7,6	6,3	17,4	8,2
2007	2,3	1,7	2,0	5,4	2,3	2,5
Variação % na renda total						
1993	7,8	4,9	13,2	13,0	7,9	7,4
1995*	33,9	25,6	18,0	18,8	25,7	27,7
1996	2,3	1,3	2,9	5,6	2,8	2,3
1997	0,4	3,9	2,0	5,4	1,2	2,2
1998	2,5	(0,9)	3,2	3,1	7,0	1,8
1999	(10,2)	(0,9)	(6,1)	(5,2)	(3,7)	(5,5)
2001*	5,5	5,5	18,3	12,8	(1,2)	6,1
2002	1,2	1,6	(0,1)	3,9	4,0	1,8
2003	(9,1)	(2,0)	(16,5)	(7,3)	(1,5)	(5,9)
2004	0,6	2,8	12,0	12,7	5,1	3,6
2005	13,2	5,8	10,5	6,7	5,5	8,7
2006	7,0	12,6	9,7	8,7	18,1	10,6
2007	4,6	2,4	5,5	9,2	2,7	4,1

Entretanto, a análise regional revela taxas de crescimento ainda mais espetaculares.

A melhor performance é a da região "B – Metrópoles", com taxas expressivas de crescimento da renda total em 2004 (12,0%), 2005 (10,5%) e 2006 (9,7%) que foram superadas apenas em 1993. Por outro lado, é a região mais afetada pela recessão de 2003 (-16,5%) com redução de 15,8% nos rendimentos médios. Em 2004 e 2005 temos uma combinação de crescimento na ocupação (respectivamente, de 5,3% e 4,3%) e nos rendimentos médios (5,8% e 5,2%). Já em 2006 a expansão da ocupação é menor (2,3%), parcialmente compensada por um maior vigor nos rendimentos médios (7,6%). Em 2007 verifica-se o menor crescimento da renda total pós 2004 (5,5%),

ainda acima da taxa nacional, combinando uma expansão de 3,3% na ocupação e de 2,0% nos rendimentos médios.

Num patamar um pouco abaixo, mas com idêntico perfil, vem a região "B – Demais localidades". A retração na renda total de 2003 (-7,3%) é fruto da queda nos rendimentos médios (-9,3%). Por sua vez, a forte expansão em 2004 (12,7%) resulta da expressiva recuperação no número de ocupados (6,7%) e dos rendimentos médios (5,2%). Em 2005, 2006 e 2007 a maior contribuição advém dos rendimentos médios (respectivamente, 4,0%, 6,3% e 5,4%), com a ocupação retornando a um patamar mais baixo (2,4% , 2,5% e 3,6%).

A região C apresenta taxas razoáveis em 2004 (5,1%) e 2005 (5,5%) – apenas ultrapassadas em 1993 e 1998 – com o espantoso crescimento de 18,1% em 2006, que resulta basicamente da inusitada expansão nos rendimentos médios (17,4%). Em 2004 temos um fraco crescimento da ocupação (1,7%), com um razoável desempenho dos rendimentos médios (3,6%). Em 2005 a situação se inverte com a ocupação crescendo 3,3% e os rendimentos médios 1,7%.

Desta forma, verifica-se que a maior expansão relativa da renda total no triênio 2004-2006 ocorreu nas regiões menos industrializadas do país (basicamente nordeste e centro oeste) Em 2007 a situação se altera um pouco, com o desempenho mais baixo na região C e mais favorável na região A – Metrópoles.

Na região mais desenvolvida ("A – Metrópoles") a forte retração na renda total de 2003 (-9,1%) só tem paralelo com a de 1999 (-10,2%) e decorre fundamentalmente da redução dos rendimentos médios (-8,6%). Eles também caem em 2004 (-2,4%), neutralizando o crescimento da ocupação (4,1%) e mantendo estagnada a renda total (0,6%). A forte recuperação da mesma em 2005 (13,2%) é fruto da manutenção no dinamismo da ocupação (4,5%) e de significativo crescimento nos rendimentos médios (6,9%). Ainda que com as menores taxas nesta regionalização, a expressiva expansão em 2006 (7,0%) resulta da combinação do crescimento da ocupação (3,2%) e dos rendimentos médios (4,5%). Por fim, os 4,6% de crescimento na renda total em 2007, superior à média nacional, repousa mais na expansão da ocupação (3,4%) do que nos rendimentos médios (2,3%).

Tal como a região C, a região "A – Demais localidades" é a que menos sofre com a recessão de 2003, apresentando uma redução de 2,0% na renda total, resultado da perda nos rendimentos médios (-4,1%). Ainda que em 2004 os rendimentos médios continuem deprimidos (0,2%), o crescimento na ocupação (2,5%), embora não muito expressivo em termos regionais, permite uma pequena expansão na renda total (2,8%). Esta vai reagir apenas em 2005 (5,8%), mas ainda na rabeira regional, combinando crescimento na ocupação (2,4%) e nos rendimentos médios (3,4%).

Só em 2006 a região "A – Demais localidades" vai se destacar com a forte expansão de 12,6% na renda total, fruto do expressivo crescimento nos rendimentos médios (9,1%) e da ocupação (3,3%). Em 2007 recua bastante em temos regionais, com a mais baixa taxa de crescimento da renda total (2,4%), mantendo esta baixa performance na ocupação (0,7%) e nos rendimentos médios (1,7%).

Passemos agora ao exame da evolução dos indivíduos "sem ocupação com rendimento", com base na Tabela 15. Se o desempenho dos indivíduos ocupados depende fundamentalmente da dinâmica econômica, neste caso o determinante são as políticas sociais, tanto previdenciárias (incorporando os reajustes do salário mínimo) como de transferência de renda.

No âmbito nacional, ainda que o crescimento da renda total deste segmento no triênio 2004-2006 situe-se num patamar elevado (respectivamente, 7,1%, 8,4% e 9,7%), o mesmo já ocorrera em alguns exercícios anteriores, notadamente em 1998 (14,6%). Em 2004 e 2006 o principal componente foi o crescimento do número de beneficiados (respectivamente, 5,0% e 6,7%), que também foi ultrapassado em diversos exercícios da série considerada. Já em 2005 o fator mais importante foi o destacado crescimento dos rendimentos médios (5,8%), só superado ligeiramente pelo de 1998 (6,2%). Finalmente, em 2007 revela o pior desempenho dos últimos anos, com a renda total crescendo apenas 2,8%.

Tabela 15
Indivíduos "sem ocupação com rendimento"

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
1993	2,8	7,2	5,7	8,0	10,5	6,6
1995*	5,0	7,2	(0,2)	13,7	3,2	5,6
1996	8,2	10,6	8,8	9,7	10,8	9,8
1997	5,1	4,9	8,0	7,5	1,7	4,6
1998	8,6	8,1	7,0	7,5	6,8	7,8
1999	9,2	10,6	10,3	19,3	13,5	11,4
2001*	3,6	1,3	10,9	9,1	11,8	5,3
2002	5,4	7,2	19,3	13,2	14,7	9,6
2003	8,1	5,8	8,3	17,3	14,4	9,5
2004	5,0	6,5	8,2	1,8	3,2	5,0
2005	3,2	4,9	(1,0)	7,4	(3,8)	2,1
2006	5,1	3,7	6,9	14,9	10,0	6,7
2007	(0,2)	3,2	(1,1)	(3,4)	1,9	1,1

Continua...

Tabela 15 – Continuação

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % na renda média						
1993	0,9	2,8	3,5	1,3	(2,7)	0,5
1995*	28,1	13,4	28,2	12,4	27,9	22,0
1996	(0,4)	(0,4)	(7,4)	0,9	(11,9)	(2,7)
1997	(3,2)	2,5	4,5	3,4	4,1	0,8
1998	3,7	11,0	(1,1)	6,5	3,7	6,2
1999	(0,7)	(8,4)	(1,4)	(4,2)	(7,0)	(5,2)
2001*	(2,4)	9,2	(6,2)	(2,7)	(5,6)	0,1
2002	0,4	(5,5)	(6,7)	(5,3)	(3,5)	(4,0)
2003	(7,9)	(4,0)	(18,6)	(15,5)	(14,8)	(9,5)
2004	1,6	(1,7)	5,3	10,9	8,6	2,2
2005	1,1	6,5	3,5	6,4	12,2	5,8
2006	6,8	1,3	5,9	1,9	2,5	3,1
2007	(3,2)	5,2	0,0	6,3	10,6	2,2
Variação % na renda total						
1993	3,8	10,2	9,4	9,4	7,5	7,1
1995*	34,6	21,5	28,0	27,8	32,0	28,9
1996	7,8	10,2	0,7	10,7	(2,4)	6,8
1997	1,8	7,6	12,8	11,2	5,8	5,5
1998	12,6	20,0	5,9	14,5	10,7	14,6
1999	6,1	0,7	6,9	14,0	5,2	4,5
2001*	0,9	11,0	4,9	6,3	5,9	5,6
2002	6,0	1,1	11,0	7,2	10,6	5,2
2003	(0,2)	1,4	(12,0)	(0,8)	(2,5)	(0,8)
2004	5,6	4,9	14,6	13,0	11,9	7,1
2005	5,6	11,8	2,4	14,3	8,0	8,4
2006	11,6	4,9	13,0	17,1	12,7	9,7
2007	(5,1)	8,4	(0,7)	2,8	12,7	2,8

Em termos regionais, o melhor desempenho no triênio 2004-2006 é o da região "B – Demais localidades" com elevadas taxas de crescimento da renda total em 2004 (13,0%), 2005 (14,3%) e 2006 (17,1%), que igualmente se destacaram em vários exercícios anteriores. Em 2004 o principal fator foi a expansão dos rendimentos médios (10,9%), que haviam recuado 15,5% em 2003 (compensado pela expansão de 17,3% no número de beneficiados). Em 2005 verifica-se uma combinação de crescimento no número de indivíduos (7,4%) e nos rendimentos médios (6,4%). Em 2006, o destaque fica com a expansão do número de indivíduos (14,9%), só ultrapassado em 1999. Em 2007 o baixo desempenho da região, com expansão de 2,8% na renda total decorre basicamente da retração no número de beneficiados (-3,4%), uma vez que os rendimentos médios crescem 6,3%.

A região C também chama atenção por suas elevadas e regulares taxas de crescimento da renda total: 11,9% em 2004, 8,0% em 2005 e 12,7% em 2006 e 2007, que igualmente já haviam se manifestado em alguns exercícios anteriores. Em 2004, 2005 e 2007 o principal componente foi o crescimento dos rendimentos médios (respectivamente, 8,6% ,12,2% e 10,6%), que haviam caído 14,8% em 2003 – compensado por uma expansão de 14,4% no número de beneficiados. Já em 2006 o destaque fica com a expansão no número de indivíduos (10,0%), num patamar também ultrapassado em vários exercícios anteriores.

A região "B – Metrópoles" é aquela que apresenta a maior retração na renda total em 2003 (-12,0%), fundamentalmente provocada pela queda nos rendimentos médios (-18,6%). Entretanto, em 2004 apresenta a maior expansão nesta regionalização (14,6%), decorrente do efeito conjunto do crescimento no número de beneficiados (8,2%) e nos rendimentos médios (5,3%). Em 2005 é a região com o mais baixo crescimento da renda total (2,4%), com ligeira retração no número de indivíduos (-1,0%). Em 2006 a forte recuperação (13,0%) resulta da simultânea expansão do número de indivíduos (6,9%) e dos rendimentos médios (5,9%). Cabe registrar que, se esta região apresentava regularmente forte crescimento no número de beneficiados, só no triênio 2004-2006 os rendimentos médios crescem continuamente. Em 2007 a renda total cai 0,7% em decorrência da retração de 1,1% no número de beneficiados.

Desta maneira, tal como se verificou entre os indivíduos ocupados também entre os "sem ocupação com rendimento" as maiores taxas de crescimento na renda total no triênio 2004-2006 são observadas nas regiões menos industrializadas. Em 2007 esta situação também se altera, com a má performance das duas subdivisões da região B e o melhor desempenho da região A – Demais localidades.

Entretanto, ainda que em patamares inferiores, as regiões mais desenvolvidas apresentam uma performance bastante razoável na renda total.

Na região "A – Metrópoles" a expansão na renda total é de 5,6% em 2004 e 2005, e de expressivos 11,6% em 2006. Nos dois primeiros anos o principal componente é o crescimento no número de beneficiados (respectivamente, de 5,0% e 3,2%). Já em 2006 verifica-se uma combinação de crescimento no número de indivíduos (5,1%) e rendimentos médios (6,8%). Em 2007 o cenário é bastante distinto, com retração tanto na renda total (- 5,1%) como no número de beneficiados (-0,2%) e rendimentos médios (- 3,2%).

Por fim, a região "A – Demais localidades" se destaca em 2005 com uma expansão na renda total de 11,8%, frente os 4,9% de 2004 e 2006. Em 2004 o principal fator foi o crescimento dos beneficiados (6,5%), uma vez que os rendimentos médios recuam (-1,7%), tal como ocorrera nos dois anos anteriores. A forte expansão de 2005 é resultado do crescimento conjunto do número de indivíduos (4,9%) e dos rendimentos médios (6,5%). Em 2006, ainda que no mais baixo patamar desta

regionalização, o principal componente é a expansão do número de beneficiados (3,7%). Já em 2007 apresenta a segunda melhor taxa de crescimento na renda total (8,4%), resultado da expansão no número de beneficiados (3,2%) e nos rendimentos médios (5,2%).

Concluindo este item, fica patente que, se no âmbito nacional o crescimento dos rendimentos médios e totais dos indivíduos ocupados (e dos que declaram rendimentos) em 2005 e 2006 destoa enormemente do verificado nos anos pós Plano Real, eles assumem variações ainda mais espantosas em algumas agregações regionais.

De fato, fica difícil entender aumentos na região C de 17,4% nos rendimentos médios e de 18,1% na renda total em 2006. E, em 2005, de 6,9% e 13,2 %, respectivamente, na região "A – metrópoles". Ou, em 2006, na região "A – Demais localidades" de 9,1% e 12,6%. E vários outros exemplos que poderiam ser apontados nas tabelas pertinentes.

Entretanto, como já foi indicado na descrição mais pormenorizada, em 1993 também se verificaram várias taxas atípicas. Ou seja, existem precedentes...

De todo modo, este perfil exuberante diante de uma realidade mais comedida reforça nosso entendimento de que os rendimentos declarados à PNAD devem ser tomados como a manifestação de uma "opinião" ou representação de um "sentimento social". E não como uma medida, ainda que aproximada, de rendimentos efetivamente recebidos.

Para avançar na descrição do desempenho recente dos rendimentos (e implicitamente da estrutura social) passemos agora ao exame da estrutura ocupacional, ao nível nacional e regional.

3b As especificidades ocupacionais regionais

A partir do cruzamento da ocupação e situação ocupacional declaradas à PNAD, construímos uma estrutura ocupacional que nos permite uma primeira aproximação ao conceito de classes sociais para a realidade brasileira.[11] Ainda que não esteja no horizonte deste trabalho, é importante registrar que em função da elevada heterogeneidade no interior dos grupos ocupacionais é necessário completar esta construção metodológica com a estratificação social dos mesmos, de acordo com os procedimentos indicados na apresentação deste artigo.

Apresentamos a seguir esta estrutura ocupacional para o período 2002-2007, com a participação dos grupos ocupacionais no total de ocupados e da renda total declarada.

(11) Cf. Quadros (2008, p. 2 e ss).

Tabela 17
Estrutura ocupacional: participação na renda total
Brasil

Grupos ocupacionais	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregadores - total	15,3	15,1	14,6	15,0	15,5	12,9
Empregadores com mais de 10 empregados	3,8	3,8	3,7	3,6	3,9	3,2
Empregadores com até 10 empregados	11,5	11,3	10,9	11,3	11,6	9,8
"Colarinhos brancos" assalariados - total	**42,1**	**41,7**	**41,6**	**42,3**	**42,2**	**43,0**
"Colarinhos brancos" assalariados - setor ignorado	0,5	0,4	0,6	0,5	0,4	0,4
"Colarinhos brancos" assalariados - setor privado	60,1	59,7	59,4	60,2	58,2	58,8
"Colarinhos brancos" assalariados - setor público	39,4	39,9	40,0	39,2	41,4	40,7
"Colarinhos brancos" autônomos	8,9	9,1	8,8	9,0	8,6	9,0
Trabalhadores assalariados - total	**15,3**	**15,5**	**16,6**	**16,0**	**16,1**	**16,5**
Trabalhadores assalariados - setor ignorado	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5
Trabalhadores assalariados - setor privado	87,8	88,1	87,8	88,2	88,4	89,0
Trabalhadores assalariados - setor público	11,8	11,3	11,6	11,3	11,0	10,4
Trabalhadores autônomos	9,2	9,0	8,7	8,2	8,0	8,8
Trabalhadores domésticos	2,9	3,0	3,1	3,1	3,1	3,1
Trabalhadores não remunerados - urbanos	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4
Proprietários por conta própria - agrícolas	2,8	3,0	3,0	2,6	2,6	2,8
Trabalhadores autônomos - agrícolas	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Trabalhadores assalariados - agrícolas	2,0	2,1	2,2	2,2	2,1	2,2
Trabalhadores não remunerados - agrícolas	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,2
Total de ocupados	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Passemos agora ao exame do comportamento dos rendimentos, nos restringindo aos grupos ocupacionais numericamente mais expressivos, tal como se apresenta na Tabela 18 com os dados nacionais.

Como se observa em 2004, os trabalhadores assalariados tanto do setor privado como do público se destacam na recuperação de seus rendimentos totais, em grande medida devido ao crescimento da ocupação. Também os trabalhadores agrícolas, assalariados e não remunerados, revelam boa performance, neste caso em decorrência da recuperação de seus rendimentos médios. Por fim, os empregados domésticos, que igualmente apresentam boa recuperação no número de ocupados e algum crescimento nos rendimentos médios.

Em 2005 e 2006 a performance geral é muito mais expressiva, como indicam os rendimentos médios e totais do conjunto dos ocupados.

Em 2005 o destaque negativo fica com os proprietários por conta própria agrícolas, com queda na renda total decorrente da retração no número de ocupados e nos rendimentos médios. Também revelam baixo desempenho os trabalhadores assalariados do setor público e os trabalhadores autônomos, ambos com ligeira retração no número de ocupados.

Em 2006 apenas os trabalhadores assalariados agrícolas apresentam baixa performance na renda total devido à retração no número de ocupados, que comprometem o bom crescimento nos rendimentos médios. Todos os demais grupos ocupacionais registram expressiva expansão na renda total, fundamentalmente apoiado no desempenho dos rendimentos médios.

Curiosamente em 2007, diante de um mais robusto crescimento do PIB, o desempenho é bem mais modesto do que se verificou no biênio anterior. De fato, chama atenção o baixo crescimento dos ocupados (1,8%), com taxas negativas em vários grupos ocupacionais. Quanto aos rendimentos médios, ainda que diversos grupos ocupacionais continuem exibindo taxas exuberantes, destaca-se o modesto perfil dos "colarinhos brancos" assalariados, que por seu elevado peso específico contribuem bastante para a mais baixa taxa média do conjunto dos ocupados.

Apresentamos agora a agregação regional destes grupos ocupacionais, apenas chamando a atenção para as performances mais destacadas em 2005, 2006 e 2007 e

focando os rendimentos médios, em função de suas repercussões nas respectivas estruturas sociais. Para tais destaques tomamos como referência as taxas relativas ao conjunto dos ocupados em âmbito nacional, a saber: 4,8% em 2005, 8,2% em 2006 e 2,5% em 2007.

Como se observa na Tabela 19 abaixo, em 2005 e 2006 os empregadores com até 10 empregados permanentes apresentam um desempenho bastante satisfatório, tanto em termos nacionais como regionais. As exceções ficam por conta das regiões "A – Demais localidades" em 2005 e "B – Metrópoles" e "B – Demais localidades" em 2006. Em 2007 a situação se inverte e estas duas regiões se destacam por suas elevadas taxas, num quadro geral negativo.

Tabela 19
Evolução dos empregadores com até 10 empregados

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	17,6	(5,8)	23,3	10,5	12,1	5,4
2003	(6,4)	8,4	(23,5)	(3,1)	1,4	0,4
2004	3,5	(1,7)	18,2	8,5	1,5	2,0
2005	2,9	8,1	9,6	3,3	6,8	6,1
2006	16,0	4,5	(2,7)	6,6	5,2	7,2
2007	(17,4)	(10,1)	(6,3)	(10,4)	(20,9)	(13,4)
Variação % na renda média						
2002	(4,8)	0,6	(10,6)	(5,1)	(2,9)	(2,2)
2003	(12,5)	(3,5)	(15,2)	(15,8)	(2,9)	(8,2)
2004	(4,3)	(2,7)	4,7	4,0	(1,0)	(2,0)
2005	8,4	1,5	8,1	9,3	6,8	5,0
2006	7,3	10,7	(2,0)	(3,4)	12,5	7,8
2007	1,0	(4,4)	8,6	12,1	(4,3)	(0,1)
Variação % na renda total						
2002	15,5	(4,7)	12,2	2,4	9,5	3,8
2003	(18,6)	5,2	(36,0)	(16,5)	(2,0)	(7,5)
2004	(1,0)	(4,9)	26,3	12,5	(0,7)	(0,4)
2005	14,9	10,8	19,4	13,6	15,5	13,1
2006	18,6	14,4	(6,2)	3,0	17,8	13,4
2007	(14,6)	(13,4)	3,2	0,8	(23,8)	(12,6)

Os rendimentos médios dos "colarinhos brancos" assalariados do setor privado (Tabela 20) em 2005 apenas superam o desempenho do conjunto nacional dos ocupados na região C, empatando com o mesmo na região "A – Metrópoles". Em 2006 tão somente na região C eles ganham do total dos ocupados e, em 2007, na região "A – Metrópoles".

Tabela 20
Evolução dos "colarinhos brancos" assalariados do setor privado

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	8,5	9,4	13,1	3,6	9,9	8,9
2003	3,1	4,2	(1,9)	2,6	4,9	3,2
2004	3,7	8,1	8,2	11,6	(0,4)	5,8
2005	7,9	6,1	4,6	3,2	7,3	6,5
2006	2,4	4,5	6,8	6,0	6,1	4,1
2007	5,5	4,1	6,9	9,0	14,6	6,3
Variação % na renda média						
2002	(4,5)	1,8	(7,7)	1,3	3,1	(1,9)
2003	(11,1)	(9,7)	(14,8)	(5,0)	(7,2)	(10,3)
2004	(2,9)	(4,1)	6,0	7,4	(2,1)	(2,3)
2005	5,1	3,6	2,0	(0,8)	7,0	4,3
2006	2,1	3,5	3,6	4,7	11,5	3,0
2007	3,9	0,7	2,0	1,1	(6,1)	1,4
Variação % na renda total						
2002	4,0	11,3	4,2	4,7	13,6	6,9
2003	(8,7)	(5,9)	(17,1)	(2,6)	(3,0)	(7,6)
2004	(0,2)	3,7	15,3	20,1	(2,7)	3,1
2005	15,0	9,9	7,6	2,6	15,1	11,9
2006	3,5	7,7	10,5	10,8	18,3	6,7
2007	8,2	5,0	9,2	10,4	7,7	7,2

Em relação aos "colarinhos brancos" assalariados do setor público (Tabela 21), os destaques positivos em 2005 ficam com as regiões "A – Metrópoles" e "B – Demais localidades". Em 2006 apenas a região "B – Demais localidades" destoa da performance favorável. Em 2007 a situação se inverte totalmente e em nenhuma região este grupo ocupacional supera o conjunto dos ocupados.

Tabela 21
Evolução dos "colarinhos brancos" assalariados do setor público

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	7,1	4,0	(2,4)	1,5	(2,3)	2,7
2003	0,8	4,0	2,1	4,7	3,7	3,0
2004	2,9	1,6	2,4	2,8	1,7	2,2
2005	2,5	2,5	2,5	2,1	4,9	2,9
2006	6,9	7,8	10,1	6,0	4,6	6,8
2007	3,8	7,0	0,8	6,9	3,7	5,0
Variação % na renda média						
2002	(2,8)	(3,8)	7,9	1,7	4,9	(0,0)
2003	(6,4)	(6,3)	(20,9)	(13,1)	(4,1)	(8,3)
2004	(1,9)	(0,4)	13,6	7,9	8,8	2,1
2005	11,0	2,7	(1,4)	7,1	(5,5)	4,6
2006	7,2	9,8	12,5	3,2	15,7	9,1
2007	0,2	(1,0)	(1,5)	2,2	2,4	(0,1)
Variação % na renda total						
2002	4,7	(0,1)	5,4	3,2	2,5	2,7
2003	(5,9)	(2,6)	(20,5)	(9,2)	(0,6)	(5,7)
2004	(0,5)	1,0	17,7	10,9	10,5	3,9
2005	15,0	5,5	1,2	9,8	(0,6)	8,1
2006	14,3	18,3	23,5	9,2	21,3	16,5
2007	2,0	5,8	(0,3)	9,3	5,9	4,3

Em 2005 os trabalhadores assalariados do setor privado (Tabela 22) apenas superam a performance nacional dos ocupados na região "B – Metrópoles" e empatam na região "B – Demais localidades". Da mesma forma, em 2006 só se destacam nas regiões "B – Metrópoles" e C. em 2007 a performance é bem mais favorável e, exceto na região "B – Metrópoles" em que o grupo ocupacional empata com o conjunto dos ocupados, em todas as outras ele os ultrapassa.

Tabela 22
Evolução dos trabalhadores assalariados do setor privado

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	(3,8)	2,3	(3,0)	4,3	2,5	0,3
2003	(0,7)	1,1	1,6	5,1	(0,0)	0,9
2004	8,0	8,7	6,6	8,8	10,1	8,6
2005	1,0	(0,6)	5,6	4,2	1,5	1,1
2006	6,8	5,4	2,8	4,0	9,1	5,9
2007	3,0	4,1	2,5	0,7	(0,0)	2,7
Variação % na renda média						
2002	(5,6)	(5,5)	(7,8)	(6,5)	(4,7)	(5,9)
2003	(7,8)	(3,2)	(4,9)	(3,3)	(1,5)	(4,9)
2004	0,8	2,6	2,3	3,9	1,7	2,0
2005	3,7	4,0	6,3	5,1	3,6	3,9
2006	5,5	5,4	10,1	5,0	8,9	5,9
2007	3,3	4,8	2,4	6,4	6,6	4,7
Variação % na renda total						
2002	(8,7)	(3,3)	(10,9)	(2,5)	(2,2)	(5,6)
2003	(8,8)	(2,2)	(3,4)	1,4	(1,5)	(4,2)
2004	8,5	11,6	9,4	13,3	11,4	10,6
2005	5,0	3,2	12,9	9,4	5,6	5,1
2006	12,3	11,0	12,9	9,0	18,8	12,0
2007	5,6	9,2	5,0	7,3	6,7	7,4

Os trabalhadores assalariados do setor público (Tabela 23) em 2005 superam os rendimentos médios do conjunto dos ocupados apenas nas regiões "A – Demais localidades" e "B – Metrópoles", sendo que na região "A – Metrópoles" eles sofrem queda significativa. Já em 2006 o desempenho é muito expressivo em todas as regiões, à exceção da região "A – Demais localidades". Em 2007 a performance é novamente bastante desfavorável, com quedas significativas nas regiões "A – Metrópoles" e "B – Metrópoles". A exceção fica com a região "B – Demais localidades".

Tabela 23
Evolução dos trabalhadores assalariados do setor público

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	(1,0)	1,9	1,8	16,4	3,6	3,8
2003	1,8	(2,4)	(1,4)	2,9	(7,7)	(2,4)
2004	5,5	9,2	10,8	(1,8)	12,7	7,9
2005	(5,7)	(5,6)	(3,5)	11,1	(0,9)	(1,9)
2006	(8,8)	5,8	(8,6)	(7,2)	(3,4)	(1,7)
2007	8,7	(3,8)	11,0	8,4	5,4	2,9
Variação % na renda média						
2002	(12,9)	6,2	(11,8)	(1,4)	3,2	(1,4)
2003	(4,7)	(12,9)	0,8	(0,5)	(1,3)	(6,2)
2004	14,2	3,5	4,7	4,9	3,7	5,6
2005	(6,5)	10,4	6,3	3,6	3,7	3,4
2006	17,2	5,0	15,9	9,6	17,7	11,0
2007	(6,4)	1,3	(11,7)	3,3	0,7	(1,0)
Variação % na renda total						
2002	(13,0)	8,0	(11,4)	14,4	6,8	2,2
2003	(3,5)	(15,0)	1,7	2,8	(8,9)	(8,4)
2004	18,5	13,2	14,9	3,2	16,9	13,8
2005	(11,2)	4,0	3,5	15,1	3,0	1,6
2006	7,7	10,6	5,2	1,7	13,5	9,0
2007	(1,9)	(2,3)	(2,0)	11,9	5,8	1,4

Em 2005 os "colarinhos brancos" autônomos (Tabela 24) apresentam uma má performance em todas as regiões. Em 2006 só as regiões "B – Metrópoles" e "B – Demais localidades" não revelam forte recuperação dos rendimentos médios, de certa forma comprometendo o desempenho médio deste grupo ocupacional. Curiosamente, em 2007 são estas mesmas regiões que apresentam as taxas mais exuberantes, seguidas da região "A – Demais localidades". Nas outras duas regiões os rendimentos médios crescem a taxas bem mais inferiores.

Tabela 24
Evolução dos "colarinhos brancos" autônomos

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	0,7	(0,8)	(3,4)	(6,2)	(8,6)	(2,6)
2003	10,3	8,3	9,2	0,2	8,3	8,1
2004	(1,7)	0,7	(4,7)	13,5	1,7	0,9
2005	17,7	9,2	2,5	(3,4)	9,1	9,7
2006	(11,7)	1,1	8,1	16,9	1,6	(0,8)
2007	8,2	(1,0)	0,5	0,1	4,9	3,0
Variação % na renda média						
2002	2,8	0,7	(1,1)	2,4	(16,5)	1,3
2003	(13,5)	(11,2)	(15,6)	(8,3)	2,9	(10,7)
2004	(0,4)	1,6	4,7	(1,6)	0,8	(0,2)
2005	0,6	(3,7)	1,9	0,0	(6,8)	0,1
2006	10,6	9,3	1,9	1,9	24,1	7,4
2007	3,0	8,3	12,8	17,1	1,2	6,7
Variação % na renda total						
2002	4,8	0,5	(5,2)	(4,5)	(23,8)	(1,1)
2003	(4,0)	(4,5)	(9,2)	(8,1)	11,6	(3,7)
2004	(5,4)	2,8	1,2	12,5	2,5	0,1
2005	23,4	5,4	5,1	(3,1)	2,0	11,4
2006	(3,9)	10,3	9,7	18,6	26,3	6,1
2007	8,6	7,3	14,8	17,3	6,1	9,1

Entre os trabalhadores autônomos (Tabela 25) apenas a região "B – Metrópoles" destaca-se positivamente em 2005. Já em 2006 as regiões "A – Metrópoles" e "A – Demais localidades" são as únicas com desempenho abaixo do conjunto nacional dos ocupados. Em 2007 este grupo ocupacional supera largamente a referência nacional, sobressaindo-se as duas regiões mais industrializadas "A – Metrópoles" e "A – Demais localidades".

Tabela 25
Evolução dos trabalhadores autônomos

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	5,9	6,6	2,2	14,5	9,8	7,6
2003	(7,5)	4,3	5,5	(1,9)	1,0	(0,2)
2004	6,0	(4,4)	4,3	4,3	1,2	1,1
2005	(0,8)	(0,9)	1,6	1,9	0,2	(0,1)
2006	1,9	1,9	(1,6)	4,2	2,1	1,9
2007	7,0	3,8	5,1	6,8	2,0	4,7
Variação % na renda média						
2002	(16,1)	(7,6)	(12,8)	(5,2)	(1,5)	(10,3)
2003	(6,6)	(4,3)	(14,6)	(5,7)	(7,8)	(6,8)
2004	(3,6)	0,4	(2,3)	1,4	0,1	(1,2)
2005	2,9	1,3	8,4	(1,9)	3,8	2,1
2006	1,7	5,7	11,6	9,0	15,0	6,4
2007	12,6	9,3	4,1	6,8	4,6	9,3
Variação % na renda total						
2002	(10,4)	(1,4)	(11,6)	8,2	7,8	(3,4)
2003	(13,7)	(0,4)	(9,6)	(7,7)	(6,5)	(7,0)
2004	0,3	(3,6)	2,1	6,3	1,3	(0,4)
2005	4,0	0,1	11,8	0,0	4,0	2,5
2006	2,8	7,7	9,1	13,2	17,1	8,0
2007	19,2	13,4	9,1	13,9	6,7	14,1

A performance dos empregados domésticos (Tabela 26) é amplamente favorável em 2005 e 2006, sendo que só na região "B – Demais localidades" ficam um pouco abaixo da média nacional dos ocupados em 2005, e nas regiões "A – Metrópoles" e C em 2006. Em 2007 o perfil é bem mais modesto, ainda que superior à referência nacional, só não ultrapassada pela região "B – Demais localidades". Neste último ano o destaque positivo fica com a região C.

Tabela 26
Evolução dos empregados domésticos

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002	2,5	4,3	2,9	0,7	1,3	2,8
2003	0,8	1,8	(4,5)	3,7	(1,7)	0,7
2004	3,7	1,4	10,9	8,0	6,2	4,2
2005	1,8	2,9	2,6	2,3	5,7	3,0
2006	3,0	1,2	(0,4)	(3,4)	5,5	1,7
2007	(2,2)	(2,5)	1,3	3,0	4,0	(0,4)
Variação % na renda média						
2002	(1,7)	0,9	1,2	1,6	(5,0)	(0,5)
2003	(7,8)	(4,6)	(3,5)	(0,5)	(4,8)	(5,2)
2004	1,8	1,6	0,9	7,2	5,5	2,2
2005	5,1	6,3	9,7	4,5	8,4	5,8
2006	7,1	13,0	10,8	10,5	6,7	9,8
2007	4,1	3,6	3,7	1,3	7,2	3,3
Variação % na renda total						
2002	0,6	5,2	3,9	2,1	(3,8)	2,2
2003	(7,0)	(2,8)	(7,8)	3,4	(6,3)	(4,4)
2004	5,1	3,0	11,9	15,9	12,0	6,4
2005	6,9	9,2	12,8	6,9	14,5	8,9
2006	10,4	14,5	10,4	6,6	12,6	11,7
2007	0,9	0,8	4,7	4,1	11,1	2,5

Em todas regiões que possuem alguma expressão numérica relevante, os proprietários por conta própria agrícolas (Tabela 27) revelam um mau desempenho em 2005. Já em 2006 só na região C seus rendimentos situam-se abaixo da média do total nacional dos ocupados. Porém, é em 2007 que se observam as taxas mais exuberantes.

Tabela 27
Evolução dos proprietários por conta própria agrícolas

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002		2,1		12,4	1,6	2,5
2003		(2,8)		(2,3)	2,5	0,2
2004		(3,4)		(3,6)	(0,9)	(2,2)
2005		0,3		(0,5)	(5,2)	(2,6)
2006		2,0		0,6	(3,0)	(1,2)
2007		(5,4)		(0,2)	(12,2)	(8,3)
Variação % na renda média						
2002		0,1		4,0	(3,1)	(0,9)
2003		6,3		(6,8)	(2,6)	(0,1)
2004		8,0		17,4	(1,3)	5,1
2005		(7,6)		(0,8)	0,9	(2,4)
2006		10,0		11,6	5,9	9,8
2007		23,1		10,0	23,6	23,8
Variação % na renda total						
2002		2,6		18,7	1,0	3,3
2003		2,7		(11,0)	0,1	(0,1)
2004		5,0		16,6	(3,0)	2,8
2005		(7,7)		(1,0)	(3,7)	(4,6)
2006		13,5		12,5	3,6	9,4
2007		14,9		7,8	6,3	11,5

O comportamento dos rendimentos médios dos trabalhadores assalariados agrícolas (Tabela 28) é bastante favorável no triênio 2005-2007, sendo que apenas a região "B – Demais localidades" em 2006 destoa negativamente, de certa forma comprometendo a média do grupo ocupacional neste ano.

Tabela 28
Evolução dos trabalhadores assalariados agrícolas

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002		(2,7)		0,9	12,7	3,2
2003		(0,4)		4,2	3,7	2,3
2004		8,7		3,7	(2,2)	2,7
2005		(3,0)		(2,0)	7,7	1,6
2006		(3,3)		(6,7)	(3,4)	(3,7)
2007		2,1		5,8	(4,5)	(0,4)
Variação % na renda média						
2002		4,3		(3,0)	0,4	0,4
2003		(1,9)		0,3	(0,5)	(1,6)
2004		4,3		5,5	4,2	5,7
2005		9,1		9,8	7,0	7,1
2006		8,7		1,7	8,1	7,1
2007		10,3		6,4	6,4	9,6
Variação % na renda total						
2002		1,8		(1,9)	13,0	3,8
2003		(2,3)		4,2	2,9	0,5
2004		13,4		9,9	2,1	8,8
2005		6,0		7,6	15,5	9,0
2006		5,1		(5,4)	4,1	2,9
2007		12,6		13,1	1,9	9,2

Por fim, os trabalhadores não remunerados agrícolas (Tabela 29) revelam enorme exuberância no biênio 2005-2006, com expressivos ganhos em seus ainda muito baixos rendimentos médios. Curiosamente em 2007 eles despencam e só mantêm o desempenho anterior na região C.

Tabela 29
Evolução dos trabalhadores não remunerados agrícolas

Anos	A – Metrópoles	A – Demais localidades	B - Metrópoles	B – Demais localidades	C – Demais localidades	Brasil
Variação % no número de indivíduos						
2002		5,8		(0,3)	5,6	5,6
2003		(1,1)		3,4	4,5	1,4
2004		(9,4)		7,9	(0,5)	(3,0)
2005		6,0		0,7	6,7	5,8
2006		(0,7)		(3,5)	(7,5)	(4,3)
2007		(12,2)		(4,1)	3,8	(3,7)
Variação % na renda média						
2002		10,6		22,2	4,0	8,9
2003		8,0		(2,6)	7,5	3,6
2004		6,6		6,2	16,8	11,7
2005		11,3		14,2	17,3	13,5
2006		25,7		62,6	17,3	22,4
2007		(9,4)		(7,4)	17,4	(0,8)
Variação % na renda total						
2002		17,1		21,8	9,9	15,0
2003		6,8		0,7	12,3	5,0
2004		(3,5)		14,5	16,3	8,3
2005		18,0		15,1	25,2	20,1
2006		24,8		56,9	8,5	17,1
2007		(20,4)		(11,2)	21,8	(4,5)

Da mesma forma que ocorreu no item anterior com a análise do conjunto dos indivíduos ocupados, o exame do desempenho regional dos grupos ocupacionais também revela taxas de crescimento dos rendimentos nos últimos anos muito acima do que seria razoável esperar diante do comportamento da economia e do mercado de trabalho.

O que, em nosso juízo, reforça a compreensão de que os rendimentos declarados à PNAD devem ser tomados tão somente como uma indicação da condição social dos indivíduos entrevistados, que revela avanços e recuos ao longo do tempo mas não fornece uma medida segura destas variações.

No mesmo sentido deve estar presente uma série de restrições estatísticas advindas da própria natureza de uma pesquisa domiciliar amostral que utiliza projeções demográficas para sua expansão. O que, entre outros aspectos, recomenda uma série de cuidados ao realizar comparações intertemporais ou desagregar os dados. Por exemplo, as oscilações de certa forma inconsistentes dos dados relativos aos setores de atividade econômica nos levaram a suprimir temporariamente este tópico do nosso trabalho.

Assim sendo, para dar continuidade a nossos trabalhos conjuntos, o pesquisador do Cesit, Dr. Alexandre Gori Maia irá analisar as condições estatísticas para se desagregar os rendimentos declarados, se for o caso sugerindo o adequado tratamento para se trabalhar com regiões, setores de atividades, grupos ocupacionais e etc.

Referências bibliográficas

A DINÂMICA da classe média. In: DUPAS, Gilberto (Org.). *Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileira*. São Paulo: Editora Unesp / IEEI, 2007.

NÉRI, Marcelo C. (Coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

QUADROS, Waldir José de. *A evolução da estrutura social brasileira – Notas metodológicas.* Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, Nov. 2008. 30p. (Texto para Discussão, n. 147).